



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

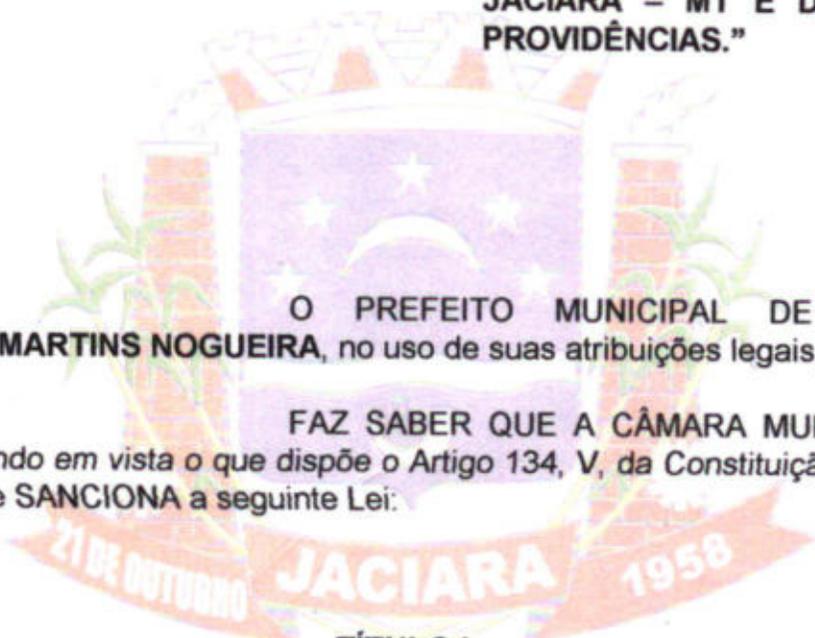
TRABALHO COM PRAZER

LEI Nº 859, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JACIARA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, **VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA, tendo em vista o que dispõe o Artigo 134, V, da Constituição Municipal, aprovou e ele SANCIONA a seguinte Lei:



TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, princípio inscrito no Art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96, será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

I - co-responsabilidade entre Poder público e sociedade na gestão da escola;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

II - autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor de escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares;

III - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

IV - eficiência no uso dos recursos financeiros.

TÍTULO II

DA AUTONOMIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º A administração das unidades escolares públicas municipais e da rede que compõe a Gestão única será exercida pelos seguintes órgãos:

I - diretoria;

II - órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar

Art. 3º A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor, em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 4º Os diretores das escolas públicas municipais e da rede que compõe a Gestão única deverão ser indicados pela comunidade escolar de cada unidade de ensino, mediante votação direta.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, os profissionais da educação em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 5º Compete ao diretor:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

II - coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as Políticas Públicas da Secretaria de Estado de Educação, e outros processos de planejamento;

III - coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV- manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI - submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

IX - apresentar anualmente, à Secretaria de Estado de Educação e à comunidade escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Carreira Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

X - Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 6º O período de administração do diretor corresponde a mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo único: O profissional da Educação terá direito à reeleição, podendo exercer no máximo dois mandatos consecutivos.

Art. 7º A vacância da função de diretor ocorre por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

Parágrafo Único. O afastamento do diretor por período superior a 02 (dois) meses, executando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença saúde família, implicará a vacância da função.

Art. 8º Ocorrendo a vacância da função de diretor, iniciar-se-á o processo de nova indicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias letivos.

Parágrafo Único. No caso do disposto neste Artigo, a pessoa indicada completa o mandato de seu antecessor.

Art. 9º Ocorrendo a vacância da função de diretor nos 6 (seis) meses anteriores ao término do período, completará o mandato o coordenador pedagógico.

Parágrafo Único. No impedimento do coordenador pedagógico, um membro dos profissionais da educação em exercício na unidade escolar, escolhido em assembléia da comunidade escolar.

Art. 10 a destituição do diretor indicado somente poderá ocorrer motivadamente:

I – após sindicância, em que seja assegurado o direito de defesa em face da ocorrência de fatos que constituem ilícito penal, falta de idoneidade moral,



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço, deficiência ou infração funcional, previstas na Lei Complementar dos Profissionais da Educação Básica;

II – por descumprimento desta lei, no que diz respeito às atribuições e responsabilidades;

§ 1º O Conselho Deliberativo Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, e o Secretário de Estado de Educação, mediante despacho fundamentado, poderão propor ou determinar a instauração de sindicância, para os fins previstos neste Artigo.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação determinará o afastamento do indiciado durante a realização do processo de sindicância.

Art. 11 São órgãos consultivos de deliberativos da unidade escolar:

- I – a Assembléia Geral;
- II – o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;
- III – o Conselho Fiscal.

Art. 12 A comunidade escolar reunir-se-á em Assembléia Geral ordinária, no mínimo, uma vez por semestre.

Art. 13 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por bimestre.

Art. 14 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre.

Art. 15 Cada órgão terá seu funcionamento regulamentado em Regimento próprio.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 16 Compete à Assembléia Geral:

- I – conhecer o balanço financeiro e o relatório sobre o exercício findo, deliberativo sobre os mesmos;
- II – eleger os membros do Conselho Fiscal e suplentes;
- III – avaliar anualmente os resultados alcançados pela escola e o desempenho do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;
- IV – definir o processo de escolha dos membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e do Conselho Fiscal.

Art. 17 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais da educação básica, pais e alunos, em mandato de 2 (dois) anos, constituído em Assembléia Geral.

Art. 18 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar deverá ser constituído paritariamente por profissionais da educação básica, pais e alunos, tendo no mínimo 08 (oito) e no máximo 16 (dezesesseis) membros. 50% (cinquenta por cento) devem ser constituídos de representantes do segmento escola e 50% (cinquenta por cento) de representantes da comunidade, sendo o diretor da escola membro nato do Conselho.

Art. 19 a eleição de seus membros deverá acontecer 30 (trinta) dias antes da eleição de diretor, e seu mandato será de 02 (dois) anos, com direito à reeleição de apenas um período.

Art. 20 Os representantes do Conselho serão eleitos em assembléia de cada segmento da comunidade escolar, vencendo por maioria simples.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 21 Para fazer parte do Conselho, o candidato do segmento aluno deverá ter no mínimo 14 (quatorze) anos ou estar cursando a 3ª fase do 2º Ciclo do Ensino Fundamental.

Art. 22 O presidente do Conselho, o secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros. É vedado ao diretor ocupar o cargo de presidente do Conselho.

Art. 23 O primeiro Conselho formado na escola tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo o mesmo referendado em Assembléia Geral.

Art. 24 O representante do segmento pais não poderá ser profissional da educação básica na escola.

Art. 25 Fica assegurada a eleição de 1 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância.

Art. 26 As escolas de suplência obedecerão aos mesmos critérios das demais na formação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Art. 27 Ocorrerá a vacância do membro do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a ~~03~~(três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também implicará vacância da função de conselheiro.

§ 2º No prazo mínimo de 15 (quinze) dias, preenchidos os requisitos do § 1º, o Conselho convocará uma Assembléia Geral do respectivo segmento escolar, quando os pares, ouvidas as partes, deliberarão sobre o afastamento ou desligamento do membro do Conselho Deliberativo Escolar, que será destituído, se a maioria dos presentes da Assembléia assim o decidir.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 28 a unidade escolar pública do Município, que for criada a partir da data da publicação desta lei, deverá formar um Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Art. 29 Fica assegurada a capacitação dos membros do Conselho, bem como prestação, quando solicitado, de orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas dos órgãos educacionais do Município.

Art. 30 Compete ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

I – eleger o presidente, bem como o secretário e o tesoureiro;

II – criar e garantir mecanismos de participação da comunidade escolar na definição do Plano de Desenvolvimento Estratégico e do Projeto Político-Pedagógico, e demais processos de planejamento no âmbito da comunidade escolar;

III – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola;

IV – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

V – participar da elaboração do calendário escolar e aprová-lo, levando em conta o mínimo de dias letivos exigidos legalmente;

VI – conhecer e deliberar sobre o processo e resultados da avaliação externa e interna do funcionamento da escola, propondo planos que visem à melhoria do ensino;

VII – deliberar, quando convocado, sobre problemas de rendimento escolar, indisciplina e infringências;

VIII – propor medidas que visem a equacionar a relação idade-série, observando as possibilidades da unidade de ensino;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

- IX – analisar o desempenho dos profissionais da unidade escolar, tendo assessoria de uma equipe habilitada na área e sugerindo medidas que favoreçam a superação das deficiências, quando for o caso;
- X – acompanhar o processo de distribuição de turmas e/ ou aulas da unidade escolar;
- XI – garantir a divulgação do resultado do rendimento escolar de cada ano letivo, bem como um relatório da atividades docentes à comunidade;
- XII – avaliar junto às instâncias internas, pedagógica e administrativa, o estágio probatório dos servidores lotados na unidade escolar, de acordo com as normas constitucionais;
- XIII – analisar planilhas e orçamentos para realização de reparos, reformas e ampliações no prédio escolar, acompanhando sua execução;
- XIV – deliberar sobre a contratação de serviços e aquisição de bens para a escola, observando a aplicação da legislação vigente quando a fonte de recursos for de natureza pública;
- XV – deliberar sobre propostas de convênios com o Poder público ou instituições não governamentais;
- XVI – acompanhar e fiscalizar a folha de pagamento dos profissionais da educação da unidade escolar;
- XVII – divulgar bimestralmente as atividades realizadas pelo Conselho;
- XVIII – analisar, aprovar, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos pela escola;
- XIX – elaborar e executar o orçamento anual da unidade escolar;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

XX – deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos da unidade escolar;

XXI – encaminhar ao Conselho Fiscal o balanço e o relatório antes de submetê-los à apreciação da assembléia geral;

XXII – encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada de sindicância ou processo disciplinar administrativo para o fim de destituição de diretor, mediante decisão da maioria absoluta do Conselho Deliberativo;

XXIII – prestar contas dos recursos que forem repassados à unidade escolar:

a) quando se tratar de recursos públicos, ao Conselho Fiscal, ao Fundo Estadual de Educação e ao Tribunal de Contas;

b) quando se tratar de recursos de outras fontes, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral.

Art. 31 Compete ao presidente:

I – representar o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar em Juízo e fora dele;

II – convocar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e o Conselho Fiscal;

III – presidir a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – autorizar pagamento e assinar cheques, em conjunto com o tesoureiro e o diretor da escola.

Art. 32 Compete ao secretário:

I – auxiliar o presidente em suas funções;

II – preparar o expediente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

III – organizar o relatório anual do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

V – manter em dia os registros,

Art. 33 Compete ao tesoureiro:

I – arrecadar a receita da Unidade Escolar

II – fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instituições que forem baixadas pela Secretaria Municipal de Educação e as da Secretaria Municipal de Finanças;

III – apresentar, bimestralmente, o relatório, com o demonstrativo da receita e despesa da escola, ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – efetuar pagamentos autorizados pelo conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

V – manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

VI – assinar cheques juntamente com o presidente e o diretor da escola;

Art. 34 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, exceto nos períodos de férias e de recesso escolar, em dia e hora previamente marcados, mediante convocação do presidente, para conhecer o andamento dos trabalhos e tratar de assuntos de interesse geral.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Parágrafo Único. O Conselho reunir-se-á extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros.

Art. 35 As deliberações do Conselho da Comunidade Escolar serão tomadas por maioria de votos.

Art. 36 O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, escolhidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, dentre os membros da comunidade escolar.

Parágrafo Único. É vedada a eleição de aluno para o Conselho Fiscal, salvo se maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 37 Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar os documentos contábeis da entidade, a situação do Conselho e os valores em depósitos;

II – apresentar à Assembléia Geral Ordinária parecer sobre as contas do Conselho, no exercício em que servir;

III – apontar à Assembléia Geral as irregularidades que descobrir; sugerindo as medidas que reputar úteis ao Conselho;

IV – convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho retardar por mais de um mês a sua convocação.

Art. 38 Os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e do Conselho Fiscal exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

TÍTULO III DA AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 39 A autonomia da Gestão Financeira dos Estabelecimentos de Ensino objetiva o seu funcionamento normal e a melhoria no padrão de qualidade.

Art. 40 Constituem recursos da unidade escolar;

I – repasse, doações, subvenções que lhe forem concedidos pela União, Estado, Município, e entidades públicas e privadas, associações de classe e quaisquer outras categorias ou entes comunitários;

II – renda de exploração de cantina, bem como outras iniciativas ou promoções.

Art. 41 O repasse de recursos financeiros às unidade escolares que visa ao financiamento de serviços e necessidades básicas será regulamentado pela Secretaria de Estado de Educação e repassado bimestralmente.

Parágrafo Único. Os recursos para aquisição de material didático e capacitação de recursos humanos serão repassados de acordo com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Art. 42 Os recursos financeiros da Unidade Escolar serão depositados em conta específica a ser mantida em estabelecimento de crédito, onde houver, efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais pelo presidente, tesoureiro e diretor da escola.

§ 1º Na hipótese de não existir nenhum estabelecimento de crédito, os recursos serão depositados na agência bancária da sede do município de mais fácil acesso.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

§ 2º Em qualquer caso, será permitida a existência, em caixa, de numerário em espécie, até o limite de 01 (um) salário mínimo, para atender às despesas do pronto pagamento.

Art. 43 As aquisições ou contratações efetuadas pela escola deverão ser aprovadas previamente pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, conforme normas e regulamentos a serem baixados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 44 A contratação de obras e serviços será restrita às necessidades de construção, reforma, ampliação e manutenção dos prédios e equipamentos escolares, ficando vedada sua utilização para substituir ou complementar pessoal necessário para atividades pedagógica, administrativa, nutricional, de limpeza, de vigilância ou outras funções.

Art. 45 É vedado ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

I – adquirir veículos ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundos das subvenções ou auxílios que lhe forem concedidos pelo Poder Público, sem autorização da Secretaria Municipal de Educação;

II – conceder empréstimos ou dar garantias de aval, fianças e caução sob qualquer forma;

III – empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam.

Art. 46 É proibida qualquer ação que iniba ou impeça o aluno de freqüentar a escola ou que fira o direito de acesso e permanência na mesma, direito esse expressamente garantido na Constituição Federal.

Art. 47 É proibida a cobrança de mensalidade ou taxas aos membros da comunidade escolar, a qualquer título.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 48 Pela indevida aplicação dos recursos, responderão solidariamente os membros do Conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 49 A aquisição de personalidade jurídica pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar tem como requisito a aprovação de seu Estatuto pela Assembléia Geral, observada a legislação pertinente.

TÍTULO IV

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 50 A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 51 A autonomia da Gestão das Unidades Escolares será assegurada pela definição, no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, de propostas pedagógicas específicas do Projeto Político-Pedagógico.



TÍTULO V

DA ESCOLHA PARA DIRETORES DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 52 Os critérios para escolha de diretores têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 53 A seleção de profissional para provimento do cargo em comissão de diretor das escola públicas, considerando-se aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em duas (duas) etapas:



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

I – 1ª Etapa – constará de ciclos de estudos;

II – 2ª Etapa – constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato que deverá conter:

- a) objetivos e metas para a melhoria da escola e do ensino .
- b) estratégias para a preservação do patrimônio público.
- c) Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros quanto ao acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

§ 1º Serão considerados aptos, na primeira etapa, os candidatos com 100% (cem por cento) de frequência.

§ 2º A segunda etapa do processo deverá realizar-se em todas as escolas municipais, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 54 O candidato que não fizer apresentação de sua proposta de trabalho em Assembléia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Art. 55 Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica, deve:

I – ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;

II – ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III – ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

IV – participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Assessorias Pedagógicas nos Municípios, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 56 Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola pública no Município.

Art. 57 Na unidade escolar onde inexistir profissional da educação com habilitação de nível superior, poderá inscrever-se o profissional com habilitação em nível de 2º Grau, com Magistério, ou com profissionalização específica.

Parágrafo Único. O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 58 É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que nos últimos cinco anos:

I – tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja sob processo de sindicância;

IV – esteja inadimplente junto ao Fundo Estadual de Educação ou ao Tribunal de Contas do Estado;

V – esteja sob licenças contínuas.

Art. 59 Haverá em cada unidade escolar uma comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembléia Geral da comunidade, convocada pelo dirigente da escola.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

§ 1º Devem compor a comissão 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

I – representante dos Profissionais da Educação Básica;

II – representante dos pais;

III – representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º O representante e seu suplente serão eleitos em Assembléia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgados.

§ 3º A comissão de seleção, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º O membro da comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade e parecer da Assessoria Pedagógica no Município.

§ 5º Não poderá compor a comissão:

I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até segundo grau;

II – o servidor em exercício no cargo de diretor.

§ 6º O diretor da escola deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 60 A comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato pela comunidade;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

II – divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III – analisar, juntamente com o Assessor Pedagógico no Município, as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV – convocar a Assembléia Geral para a exposição de proposta de trabalho do candidato aos alunos, aos pais e aos profissionais da Educação;

V – providenciar material de votação, lista de vontades por segmento e urnas;

VI – credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação – por escrito – relativos ao candidato ou ao processo para análise junto com a Assessoria Pedagógica e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

IX – designar, credenciar, instituir, com a devida antecedência, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados e rubricados por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após os quais proceder à incineração.

XI – divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria Municipal de Educação, através da equipe de Assessoria Pedagógica no Município em 24 (vinte e quatro) horas.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 61 A Assembléia a que se refere o Art. 61, inciso IV, deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição do plano de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior da escola, como na comunidade.

Art. 62 Na Assembléia Geral, deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 63 É vedado ao candidato e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da escola;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objetos de propaganda ou de aliciamento de volantes;

III – realização de festas na escola, que não estejam previstas no seu calendário;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística;

VI – utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do Governo.

Art. 64 Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Art. 64 desta Lei, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Parágrafo único : Caso o Candidato possua apelido pelo qual é conhecido, poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto a comunidade escolar.

Art. 65 Podem votar:

I – profissionais da educação em exercício na escola;

II – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham, no mínimo, 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando a 3ª Fase do 2º Ciclo em diante;

III – pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos, que tenham frequência comprovada.

§ 1º O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

Art. 66 No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

Art. 67 Não é permitido voto por procuração.

Art. 68 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 69 O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela comissão de eleição.

Art. 70 Poderão permanecer no recinto destinado à Mesa receptora apenas os seus membros e fiscais.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 71 Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da comissão, quando solicitado.

Art. 72 Cada Mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes, escolhidos pela comissão entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único. Não podem integrar a Mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 73 Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 74 O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal, devidamente assinado pelo presidente da comissão e um dos mesários.

Art. 75 O secretário da Mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 76 Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da Mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 77 As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

§ 1º Antes da abertura da urna, a comissão deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para decisão cabível.

§ 2º Caso o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar se julgue incompetente, recorrerá à Assessoria Pedagógica, no Município, e esta, se for o caso, ao Secretário Municipal de Educação.

§ 3º antes da abertura da urna, a Mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

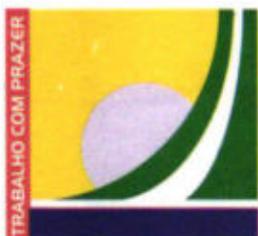
Art. 78 Não havendo coincidência entre o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 2º e 3º do Artigo 77.

Art. 79 Os pedidos de impugnação fundados em violação de urnas somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art. 80 Serão nulos os votos:

- I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;
- II – que indiquem mais de um candidato;
- III – dados á candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo, conforme o Art. 53 desta Lei;

Art. 81 Concluídos os trabalhos de escrituração, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinatura pelos componentes da Mesa escrutinadora, todo material será entregue ao presidente da comissão que se reunirá com os demais membros para:



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

- I – verificar toda a documentação
- II – decidir sobre eventuais irregularidades;
- III – divulgar o resultado final da votação;

Parágrafo Único. Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do Artigo 87 desta Lei.

Art. 82 No momento de transmissão de cargo ao diretor selecionado pela comunidade, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica de sua gestão e fazer entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar.

Art. 83 O profissional da educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar à comunidade, em assembléia geral, a prestação de contas da gestão anterior, no momento da posse.

Parágrafo Único. A transmissão do cargo deverá ocorrer em assembléia geral da comunidade escolar.

Art. 84 Na unidade escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo ou classificado nos termos dos Artigos 53 e seus respectivos parágrafos e 54, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretário de Educação, oriundo de outra escola, respeitando-se os critérios previstos no Art. 55, incisos I, II e IV.

Parágrafo Único. No município com apenas uma unidade escolar, onde não se aplica os termos deste Artigo, o Secretário de Educação fará a designação do diretor.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 85 Ao candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo de seleção do diretor será facultado dirigir representação à Comissão, conforme Art. 60, inciso VIII.

Art. 86 Das decisões da Comissão cabem recursos dirigidos à Secretaria de Estado de Educação.

Parágrafo Único. O prazo para a interposição do recurso é de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 87 Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do Art. 86, e não havendo recursos, o candidato selecionado assumirá o cargo em comissão.

Art. 88 Será considerado eleito o candidato que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Art. 89 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 90 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 20 DE NOVEMBRO DE 2001



VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Continuação da Lei nº 859, de 20 de novembro de 2001

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem ressalvas>


VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.



CLÁUDIO XIMENES LOPES
Secretário Municipal de Administração Supervisão
e Planejamento



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL ⁰² TRABALHO COM PRAZER _K

PROJETO DE LEI Nº40/01 DE 27 DE SETEMBRO DE 2001



EMENTA " DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE JACIARA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

08
A

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI NR.40/01 DE 27 DE SETEMBRO DE 2001



Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

Tem a presente mensagem o objetivo de fazer ingressar neste Soberano Parlamento o incluso Projeto de Lei, que trata da Instituição da Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino de Jaciara – Mato Grosso.

O principal fundamento do presente Projeto, trata-se de necessidade de ordem legal, visa a regulamentar os dispositivos do Art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino.

Um dos dispositivos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trata da questão da autonomia da escola pública de educação básica, tanto no âmbito pedagógico, quanto no administrativo e financeiro, em consonância com um dos princípios que norteiam a elaboração do referido diploma legal, o qual definiu a escola, depois do aluno, como foco principal



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

do sistema educacional concebido. A ela devem ser direcionados os esforços das autoridades públicas com o objetivo de oferecer ensino que seja, ao mesmo tempo, universal e de qualidade.

A LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tratar, em seu artigo 15, da autonomia da escola nas suas diversas dimensões, prevê a autonomia de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. O recém – aprovado Plano Nacional de Educação estabelece como um de seus objetivos assegurar essa autonomia mediante o repasse de recursos diretamente à escola para a realização de pequenas despesas de manutenção e o cumprimento de sua proposta pedagógica.

Ante o exposto-supra, resta a este Executivo, fazer ingressar nessa Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei em comento, para que possa, após receber as necessárias apreciações de Vossas Excelências, ser transformado em Lei, em Regime de Urgência, nos termos do artigo 55, da Constituição Municipal, com as convocações de sessões extraordinárias, fundamentado no que prescreve o Regimento Interno dessa Câmara de Vereadores.

Renovando protestos de elevada estima, consideração e apreço, extensivo a seus Pares, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
VEREADOR IRON REZENDE ANDRADE
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACIARA -
ESTADO DE MATO GROSSO.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

PROJETO DE LEI Nº 40/01 DE 27 DE SETEMBRO DE 2001

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JACIARA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA, tendo em vista o que dispõe o Artigo 134, V, da Constituição Municipal, aprovou e ele SANCIONA a seguinte Lei:



Art. 1º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, princípio inscrito no Art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96, será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

I - co-responsabilidade entre Poder público e sociedade na gestão da escola;

II - autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

66
A

diretor de escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares;

III - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

IV - eficiência no uso dos recursos financeiros.

TÍTULO II DA AUTONOMIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º A administração das unidades escolares públicas municipais e da rede que compõe a Gestão única será exercida pelos seguintes órgãos:

I - diretoria;

II - órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar

Art. 3º A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor, em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 4º Os diretores das escolas públicas municipais e da rede que compõe a Gestão única deverão ser indicados pela comunidade escolar de cada unidade de ensino, mediante votação direta.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, os profissionais da educação em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

07
8

Art. 5º Compete ao diretor:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as Políticas Públicas da Secretaria de Estado de Educação, e outros processos de planejamento;

III - coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI - submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

IX - apresentar anualmente, à Secretaria de Estado de Educação e à comunidade escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Carreira Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

X - Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

07
X

Art. 6º O período de administração do diretor corresponde a mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo único: O profissional da Educação terá direito à reeleição, podendo exercer no máximo dois mandatos consecutivos.

Art. 7º A vacância da função de diretor ocorre por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

Parágrafo Único. O afastamento do diretor por período superior a 02 (dois) meses, executando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença saúde família, implicará a vacância da função.

Art. 8º Ocorrendo a vacância da função de diretor, iniciar-se-á o processo de nova indicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias letivos.

Parágrafo Único. No caso do disposto neste Artigo, a pessoa indicada completa o mandato de seu antecessor.

Art. 9º Ocorrendo a vacância da função de diretor nos 6 (seis) meses anteriores ao término do período, completará o mandato o coordenador pedagógico.

Parágrafo Único. No impedimento do coordenador pedagógico, um membro dos profissionais da educação em exercício na unidade escolar, escolhido em assembléia da comunidade escolar.

Art. 10 a destituição do diretor indicado somente poderá ocorrer motivadamente:

I – após sindicância, em que seja assegurado o direito de defesa em face da ocorrência de fatos que constituem ilícito penal, falta de idoneidade moral,



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

09
A

de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço, deficiência ou infração funcional, previstas na Lei Complementar dos Profissionais da Educação Básica;

II – por descumprimento desta lei, no que diz respeito às atribuições e responsabilidades;

§ 1º O Conselho Deliberativo Escolar, mediante decisão fundamentada e documentada pela maioria absoluta de seus membros, e o Secretário de Estado de Educação, mediante despacho fundamentado, poderão propor ou determinar a instauração de sindicância, para os fins previstos neste Artigo.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação determinará o afastamento do indiciado durante a realização do processo de sindicância.

Art. 11 São órgãos consultivos de deliberativos da unidade escolar:

I – a Assembléia Geral;

II – o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

III – o Conselho Fiscal.

Art. 12 A comunidade escolar reunir-se-á em Assembléia Geral ordinária, no mínimo, uma vez por semestre.

Art. 13 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por bimestre.

Art. 14 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre.

Art. 15 Cada órgão terá seu funcionamento regulamentado em Regimento próprio.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

10
A

Art. 16 Compete à Assembléia Geral:

I – conhecer o balanço financeiro e o relatório sobre o exercício findo, deliberativo sobre os mesmos;

II – eleger os membros do Conselho Fiscal e suplentes;

III – avaliar anualmente os resultados alcançados pela escola e o desempenho do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – definir o processo de escolha dos membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e do Conselho Fiscal.

Art. 17 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais da educação básica, pais e alunos, em mandato de 2 (dois) anos, constituído em Assembléia Geral.

Art. 18 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar deverá ser constituído paritariamente por profissionais da educação básica, pais e alunos, tendo no mínimo 08 (oito) e no máximo 16 (dezesesseis) membros. 50% (cinquenta por cento) devem ser constituídos de representantes do segmento escola e 50% (cinquenta por cento) de representantes da comunidade, sendo o diretor da escola membro nato do Conselho.

Art. 19 a eleição de seus membros deverá acontecer 30 (trinta) dias antes da eleição de diretor, e seu mandato será de 02 (dois) anos, com direito à reeleição de apenas um período.

Art. 20 Os representantes do Conselho serão eleitos em assembléia de cada segmento da comunidade escolar, vencendo por maioria simples.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 21 Para fazer parte do Conselho, o candidato do segmento aluno deverá ter no mínimo 14 (quatorze) anos ou estar cursando a 3ª fase do 2º Ciclo do Ensino Fundamental.

Art. 22 O presidente do Conselho, o secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros. É vedado ao diretor ocupar o cargo de presidente do Conselho.

Art. 23 O primeiro Conselho formado na escola tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo o mesmo referendado em Assembléia Geral.

Art. 24 O representante do segmento pais não poderá ser profissional da educação básica na escola.

Art. 25 Fica assegurada a eleição de 1 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância.

Art. 26 As escolas de suplência obedecerão aos mesmos critérios das demais na formação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Art. 27 Ocorrerá a vacância do membro do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º O não comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também implicará vacância da função de conselheiro.

§ 2º No prazo mínimo de 15 (quinze) dias, preenchidos os requisitos do § 1º, o Conselho convocará uma Assembléia Geral do respectivo segmento escolar, quando os pares, ouvidas as partes, deliberarão sobre o afastamento ou desligamento do membro do Conselho Deliberativo Escolar, que será destituído, se a maioria dos presentes da Assembléia assim o decidir.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

12
A

Art. 28 a unidade escolar pública do Município, que for criada a partir da data da publicação desta lei, deverá formar um Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Art. 29 Fica assegurada a capacitação dos membros do Conselho, bem como prestação, quando solicitado, de orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas dos órgãos educacionais do Município.

Art. 30 Compete ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

I – eleger o presidente, bem como o secretário e o tesoureiro;

II – criar e garantir mecanismos de participação da comunidade escolar na definição do Plano de Desenvolvimento Estratégico e do Projeto Político-Pedagógico, e demais processos de planejamento no âmbito da comunidade escolar;

III – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola;

IV – participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

V – participar da elaboração do calendário escolar e aprová-lo, levando em conta o mínimo de dias letivos exigidos legalmente;

VI – conhecer e deliberar sobre o processo e resultados da avaliação externa e interna do funcionamento da escola, propondo planos que visem à melhoria do ensino;

VII – deliberar, quando convocado, sobre problemas de rendimento escolar, indisciplina e infringências;

VIII – propor medidas que visem a equacionar a relação idade-série, observando as possibilidades da unidade de ensino;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

13
A

IX – analisar o desempenho dos profissionais da unidade escolar, tendo assessoria de uma equipe habilitada na área e sugerindo medidas que favoreçam a superação das deficiências, quando for o caso;

X – acompanhar o processo de distribuição de turmas e/ ou aulas da unidade escolar;

XI – garantir a divulgação do resultado do rendimento escolar de cada ano letivo, bem como um relatório da atividades docentes à comunidade;

XII – avaliar junto às instâncias internas, pedagógica e administrativa, o estágio probatório dos servidores lotados na unidade escolar, de acordo com as normas constitucionais;

XIII – analisar planilhas e orçamentos para realização de reparos, reformas e ampliações no prédio escolar, acompanhando sua execução;

XIV – deliberar sobre a contratação de serviços e aquisição de bens para a escola, observando a aplicação da legislação vigente quando a fonte de recursos for de natureza pública;

XV – deliberar sobre propostas de convênios com o Poder público ou instituições não governamentais;

XVI – acompanhar e fiscalizar a folha de pagamento dos profissionais da educação da unidade escolar;

XVII – divulgar bimestralmente as atividades realizadas pelo Conselho;

XVIII – analisar, aprovar, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos pela escola;

XIX – elaborar e executar o orçamento anual da unidade escolar;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

14
A

XX – deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos da unidade escolar;

XXI – encaminhar ao Conselho Fiscal o balanço e o relatório antes de submetê-los à apreciação da assembléia geral;

XXII – encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada de sindicância ou processo disciplinar administrativo para o fim de destituição de diretor, mediante decisão da maioria absoluta do Conselho Deliberativo;

XXIII – prestar contas dos recursos que forem repassados à unidade escolar:

a) quando se tratar de recursos públicos, ao Conselho Fiscal, ao Fundo Estadual de Educação e ao Tribunal de Contas;

b) quando se tratar de recursos de outras fontes, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral.

Art. 31 Compete ao presidente:

I – representar o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar em Juízo e fora dele;

II – convocar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e o Conselho Fiscal;

III – presidir a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – autorizar pagamento e assinar cheques, em conjunto com o tesoureiro e o diretor da escola.

Art. 32 Compete ao secretário:

I – auxiliar o presidente em suas funções;

II – preparar o expediente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

15
8

III – organizar o relatório anual do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – secretariar a Assembléia Geral e as reuniões do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

V – manter em dia os registros.

Art. 33 Compete ao tesoureiro:

I – arrecadar a receita da Unidade Escolar

II – fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instituições que forem baixadas pela Secretaria Municipal de Educação e as da Secretaria Municipal de Finanças;

III – apresentar, bimestralmente, o relatório, com o demonstrativo da receita e despesa da escola, ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV – efetuar pagamentos autorizados pelo conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

V – manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

VI – assinar cheques juntamente com o presidente e o diretor da escola;

Art. 34 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, exceto nos períodos de férias e de recesso escolar, em dia e hora previamente marcados, mediante convocação do presidente, para conhecer o andamento dos trabalhos e tratar de assuntos de interesse geral.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Parágrafo Único. O Conselho reunir-se-á extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros.

Art. 35 As deliberações do Conselho da Comunidade Escolar serão tomadas por maioria de votos.

Art. 36 O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, escolhidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, dentre os membros da comunidade escolar.

Parágrafo Único. É vedada a eleição de aluno para o Conselho Fiscal, salvo se maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 37 Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar os documentos contábeis da entidade, a situação do Conselho e os valores em depósitos;

II – apresentar à Assembléia Geral Ordinária parecer sobre as contas do Conselho, no exercício em que servir;

III – apontar à Assembléia Geral as irregularidades que descobrir; sugerindo as medidas que reputar úteis ao Conselho;

IV – convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho retardar por mais de um mês a sua convocação.

Art. 38 Os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e do Conselho Fiscal exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

17
A

TÍTULO III

DA AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 39 A autonomia da Gestão Financeira dos Estabelecimentos de Ensino objetiva o seu funcionamento normal e a melhoria no padrão de qualidade.

Art. 40 Constituem recursos da unidade escolar;

I – repasse, doações, subvenções que lhe forem concedidos pela União, Estado, Município, e entidades públicas e privadas, associações de classe e quaisquer outras categorias ou entes comunitários;

II – renda de exploração de cantina, bem como outras iniciativas ou promoções.

Art. 41 O repasse de recursos financeiros às unidade escolares que visa ao financiamento de serviços e necessidades básicas será regulamentado pela Secretaria de Estado de Educação e repassado bimestralmente.

Parágrafo Único. Os recursos para aquisição de material didático e capacitação de recursos humanos serão repassados de acordo com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Art. 42 Os recursos financeiros da Unidade Escolar serão depositados em conta específica a ser mantida em estabelecimento de crédito, onde houver, efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais pelo presidente, tesoureiro e diretor da escola.

§ 1º Na hipótese de não existir nenhum estabelecimento de crédito, os recursos serão depositados na agência bancária da sede do município de mais fácil acesso.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

18
A

§ 2º Em qualquer caso, será permitida a existência, em caixa, de numerário em espécie, até o limite de 01 (um) salário mínimo, para atender às despesas do pronto pagamento.

Art. 43 As aquisições ou contratações efetuadas pela escola deverão ser aprovadas previamente pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, conforme normas e regulamentos a serem baixados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 44 A contratação de obras e serviços será restrita às necessidades de construção, reforma, ampliação e manutenção dos prédios e equipamentos escolares, ficando vedada sua utilização para substituir ou complementar pessoal necessário para atividades pedagógica, administrativa, nutricional, de limpeza, de vigilância ou outras funções.

Art. 45 É vedado ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

I – adquirir veículos ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundos das subvenções ou auxílios que lhe forem concedidos pelo Poder Público, sem autorização da Secretaria Municipal de Educação;

II – conceder empréstimos ou dar garantias de aval, fianças e caução sob qualquer forma;

III – empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam.

Art. 46 É proibida qualquer ação que iniba ou impeça o aluno de freqüentar a escola ou que fira o direito de acesso e permanência na mesma, direito esse expressamente garantido na Constituição Federal.

Art. 47 É proibida a cobrança de mensalidade ou taxas aos membros da comunidade escolar, a qualquer título.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

Art. 48 Pela indevida aplicação dos recursos, responderão solidariamente os membros do Conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 49 A aquisição de personalidade jurídica pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar tem como requisito a aprovação de seu Estatuto pela Assembléia Geral, observada a legislação pertinente.

TÍTULO IV

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 50 A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 51 A autonomia da Gestão das Unidades Escolares será assegurada pela definição, no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, de propostas pedagógicas específicas do Projeto Político-Pedagógico.



TÍTULO V

DA ESCOLHA PARA DIRETORES DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 52 Os critérios para escolha de diretores têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 53 A seleção de profissional para provimento do cargo em comissão de diretor das escolas públicas, considerando-se aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em duas (duas) etapas:



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

20
A

I – 1ª Etapa – constará de ciclos de estudos;

II – 2ª Etapa – constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato que deverá conter:

- a) objetivos e metas para a melhoria da escola e do ensino . . .
- b) estratégias para a preservação do patrimônio público.
- c) Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros quanto ao acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

§ 1º Serão considerados aptos, na primeira etapa, os candidatos com 100% (cem por cento) de frequência.

§ 2º A segunda etapa do processo deverá realizar-se em todas as escolas municipais, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 54 O candidato que não fizer apresentação de sua proposta de trabalho em Assembléia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Art. 55 Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica, deve:

I – ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;

II – ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III – ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

2/8

IV – participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Assessorias Pedagógicas nos Municípios, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 56 Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola pública no Município.

Art. 57 Na unidade escolar onde inexistir profissional da educação com habilitação de nível superior, poderá inscrever-se o profissional com habilitação em nível de 2º Grau, com Magistério, ou com profissionalização específica.

Parágrafo Único. O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 58 É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que nos últimos cinco anos:

I – tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja sob processo de sindicância;

IV – esteja inadimplente junto ao Fundo Estadual de Educação ou ao Tribunal de Contas do Estado;

V – esteja sob licenças contínuas.

Art. 59 Haverá em cada unidade escolar uma comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembléia Geral da comunidade, convocada pelo dirigente da escola.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

12
8

§ 1º Devem compor a comissão 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, dentre:

- I – representante dos Profissionais da Educação Básica;
- II – representante dos pais;
- III – representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º O representante e seu suplente serão eleitos em Assembléia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e local amplamente divulgados.

§ 3º A comissão de seleção, uma vez constituída, elegerá em de deus membros para presidi-la.

§ 4º O membro da comissão que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente após a comprovação da irregularidade e parecer da Assessoria Pedagógica no Município.

§ 5º Não poderá compor a comissão:

- I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até segundo grau;
- II – o servidor em exercício no cargo de diretor.

§ 6º O diretor da escola deverá colocar à disposição da Comissão os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 60 A comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

- I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato pela comunidade;



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

23
A

II – divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III – analisar, juntamente com o Assessor Pedagógico no Município, as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV – convocar a Assembléia Geral para a exposição de proposta de trabalho do candidato aos alunos, aos pais e aos profissionais da Educação;

V – providenciar material de votação, lista de vontades por segmento e urnas;

VI – credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação – por escrito – relativos ao candidato ou ao processo para análise junto com a Assessoria Pedagógica e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

IX – designar, credenciar, instituir, com a devida antecedência, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados e rubricados por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após os quais proceder à incineração.

XI – divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria Municipal de Educação, através da equipe de Assessoria Pedagógica no Município em 24 (vinte e quatro) horas.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

23
A

Art. 61 A Assembléia a que se refere o Art. 61, inciso IV, deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição do plano de trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado tanto no interior da escola, como na comunidade.

Art. 62 Na Assembléia Geral, deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate da sua proposta de trabalho.

Art. 63 É vedado ao candidato e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da escola;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objetos de propaganda ou de aliciamento de volantes;

III – realização de festas na escola, que não estejam previstas no seu calendário;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística;

VI – utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do Governo.

Art. 64 Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Art. 64 desta Lei, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

29
A

Parágrafo único : Caso o Candidato possua apelido pelo qual é conhecido, poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto a comunidade escolar.

Art. 65 Podem votar:

I – profissionais da educação em exercício na escola;

II – alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham, no mínimo, 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando a 3ª Fase do 2º Ciclo em diante;

III – pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos, que tenham frequência comprovada.

§ 1º O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

Art. 66 No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros).

Art. 67 Não é permitido voto por procuração.

Art. 68 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista em separado.

Art. 69 O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela comissão de eleição.

Art. 70 Poderão permanecer no recinto destinado à Mesa receptora apenas os seus membros e fiscais.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

25
8

Art. 71 Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da comissão, quando solicitado.

Art. 72 Cada Mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes, escolhidos pela comissão entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único. Não podem integrar a Mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 73 Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da comissão e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 74 O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal, devidamente assinado pelo presidente da comissão e um dos mesários.

Art. 75 O secretário da Mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 76 Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da Mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 77 As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

20
A

§ 1º Antes da abertura da urna, a comissão deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para decisão cabível.

§ 2º Caso o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar se julgue incompetente, recorrerá à Assessoria Pedagógica, no Município, e esta, se for o caso, ao Secretário Municipal de Educação.

§ 3º antes da abertura da urna, a Mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

Art. 78 Não havendo coincidência entre o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 2º e 3º do Artigo 77.

Art. 79 Os pedidos de impugnação fundados em violação de urnas somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art. 80 Serão nulos os votos:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um candidato;

III – dados á candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo, conforme o Art. 53 desta Lei;

Art. 81 Concluídos os trabalhos de escrituração, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinatura pelos componentes da Mesa escrutinadora, todo material será entregue ao presidente da comissão que ser reunirá com os demais membros para:



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

27
A

- I – verificar toda a documentação
- II – decidir sobre eventuais irregularidades;
- III – divulgar o resultado final da votação;

Parágrafo Único. Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do Artigo 87 desta Lei.

Art. 82 No momento de transmissão de cargo ao diretor selecionado pela comunidade, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica de sua gestão e fazer entrega do balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar.

Art. 83 O profissional da educação que esteja exercendo a direção da escola, caso seja novamente escolhido, deve apresentar à comunidade, em assembléia geral, a prestação de contas da gestão anterior, no momento da posse.

Parágrafo Único. A transmissão do cargo deverá ocorrer e assembléia geral da comunidade escolar.

Art. 84 Na unidade escolar onde não houver candidato inscrito no processo seletivo ou classificado nos termos dos Artigos 53 e seus respectivos parágrafos e 54, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretário de Educação, oriundo de outra escola, respeitando-se os critérios previstos no Art. 55, incisos I, II e IV.

Parágrafo Único. No município com apenas uma unidade escolar, onde não se aplica os termos deste Artigo, o Secretário de Educação fará a designação do diretor.

Art. 85 Ao candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidades no desenvolvimento do processo de seleção do diretor será facultado dirigir representação à Comissão, conforme Art. 60, inciso VIII.



JACIARA GOVERNO MUNICIPAL

TRABALHO COM PRAZER

20
A

Art. 86 Das decisões da Comissão cabem recursos dirigidos à Secretaria de Estado de Educação.

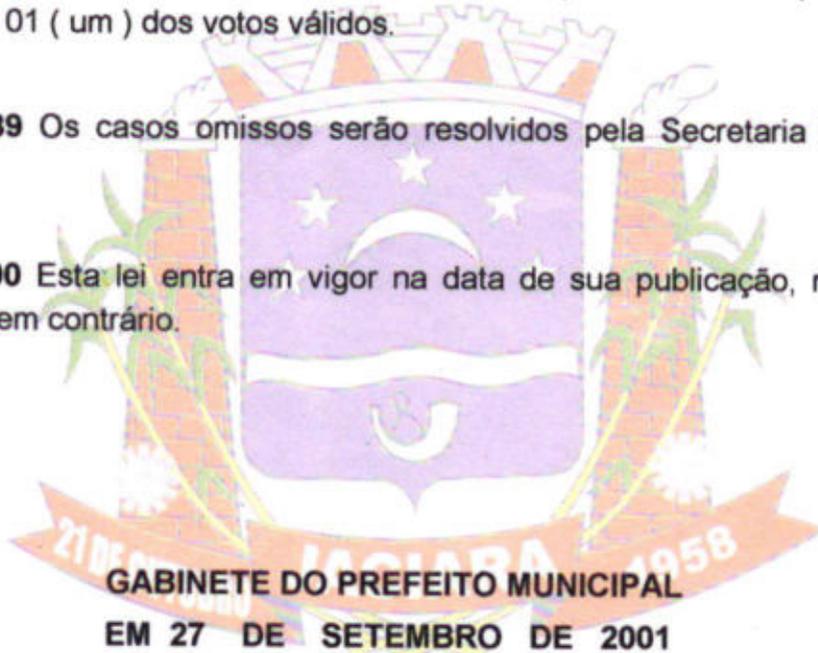
Parágrafo Único. O prazo para a interposição do recurso é de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 87 Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Único do Art. 86, e não havendo recursos, o candidato selecionado assumirá o cargo em comissão.

Art. 88 Será considerado eleito o candidato que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Art. 89 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 90 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



VALDIZETE MARTINS NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PERGUNTAR P/ JOSÉ ROBERTO
DE ONDE É ESTA FOLHA.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
ESTADO DE MATO GROSSO

PROJETO Lei N.º 040/2002

PROTOCOLO GERAL 4782
PROCESSO _____

ENCAMINHADO para o PARECER

COMISSÃO Constitucional, Justiça e
Podest.

RECEBI

DATA 17/10/01

Presidente da Comissão
[Handwritten Signature]



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA

[Handwritten mark]

PROJETO DE *Lei* Nº *40/2001*

LIDO a Mensagem do Projeto

SESSÃO *Ordinária*

PROTOCOLO GERAL Nº *4712*
PROCESSO Nº _____

SALA DAS SESSÕES
JACIARA, *17* / *out* /2001.

[Signature]
Luiz Maurício Bonvini
OF. TEC. ADMINISTRATIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Projeto de Lei nº.-040/2001 de autoria do Poder Executivo.

RELATÓRIO

I - Exposição da matéria em exame

É submetido a Comissão para fins de relatório e parecer, o Projeto de Lei n.º 040/2001, que dispõe sobre a instituição da Gestão Democrática na rede municipal de ensino de Jaciara - MT.

II - Conclusão do Relator

Após a devida análise observamos então que o Projeto de Lei apresentado é constitucional, legal e regimental, obedecendo ainda a técnica legislativa.
São as conclusões do relator.

Vereador  Ruraldino Nunes Monteiro
Relator

SALA DAS COMISSÕES
Jaciara, 19 de outubro de 2001.

Recebido
19/10/2002

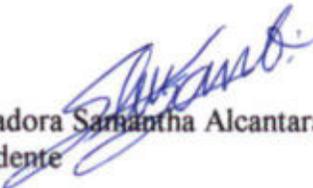

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação reunida nesta data, após estudos ao parecer do nobre Edil Municipal, passa á votação.

Pela ordem:

VOTOS

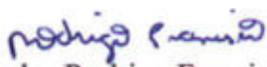
Pelas conclusões


Vereadora Samantha Alcantara Santos
Presidente



Com as conclusões


Vereador Rivaldo Nunes Monteiro
Relator

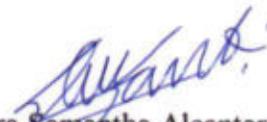

Vereador Rodrigo Francisco
Secretário "ad doc"

SALA DAS COMISSÕES
Jaciara, 19 de abril de 2001.

PARECER DA COMISSÃO

De acordo com o art. 107, § 1º, do Regimento Interno, a Comissão de Consituição, Justiça e Redação em reunião de 19 de outubro de 2001, opinou em unanimidade pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade exarando assim PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei apresentado.

Estiveram presentes os senhores vereadores abaixo assinados:


Vereadora Samantha Alcantara Santos
Presidente


Vereador Rivaldo Nunes Monteiro
Vice-Presidente


Vereador Rodrigo Francisco
Secretário "ad doc"



SALA DAS COMISSÕES
Jaciara, 19 de outubro de 2001.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
ESTADO DE MATO GROSSO**

39

✱

PROJETO lbi N.º 40/2001

PROTOCOLO GERAL 4782
PROCESSO _____

ENCAMINHADO para o PARECER

COMISSÃO Edemir, Sultem e Sports.

RECEBI

DATA 19.10.01.

Presidente da Comissão

Romeio relator Vereador Rodrigo Francisco

[Signature]
Presidente da Comissão
22-10-2001.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 40/01 DE 27/09/2001
ORIGEM: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

35
D

RELATÓRIO

EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

A matéria dispõe sobre a instituição da gestão democrática da rede municipal de ensino de Jaciara-MT.

A referida gestão importa na autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica das comunidades escolares municipais. Será desenvolvida mediante o exercício da diretoria e dos órgãos consultivos e deliberativos, estes representados pela Assembleia Geral, e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, importando a autonomia da Gestão Pedagógica no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola.

O Diretor de cada unidade escolar será eleito pela Assembleia Geral e os Membros do CDCE serão escolhidos pelos seus respectivos segmentos (pais, alunos, professores e funcionários, além do diretor que é membro nato), que compõem a Assembleia Geral.

O CDCE é o órgão consultivo e deliberativo por excelência.

A Gestão Democrática, já implantada na rede estadual, bem como em outros estados federados, tem demonstrado ótimos resultados.

CONCLUSÕES DO RELATOR

Diante do acima exposto, entendo que a matéria é oportuna e conveniente, razão porque merece receber parecer favorável desta Comissão.

SALA DAS COMISSÕES, EM 24 DE OUTUBRO DE 2001.

Rodrigo Francisco

RODRIGO FRANCISCO
VEREADOR - RELATOR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 40/01 DE 27/09/2001
ORIGEM: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

30
A

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, reunida na data infra, após análise e discussão do RELATÓRIO apresentado pelo Sr. Vereador Relator, passa à votação.

VOTAÇÃO:

Pelas Conclusões,

Rodrigo Francisco

VER. RODRIGO FRANCISCO
SECRETÁRIO - RELATOR

Com as Conclusões,

Max Joel Russi

VER. MAX JOEL RUSSI
VICE-PRESIDENTE

Acompanho o voto do Relator

Ruraldo Nunes Monteiro

VER. RURALDO NUNES MONTEIRO
PRESIDENTE

SALA DAS COMISSÕES, EM 25 DE OUTUBRO DE 2001.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 40/01 DE 27/09/2001
ORIGEM: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

37
7

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na conformidade do art. 107 do Regimento Interno, opinou, à unanimidade de seus membros, pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL** ao mérito da matéria do Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do Executivo Municipal.

Estiveram Presentes os Senhores Vereadores abaixo nomeados e assinados.

SALA DAS COMISSÕES, EM 25 DE OUTUBRO DE 2001.


VER. RURALDO NUNES MONTEIRO
PRESIDENTE


VER. MAX JOEL RUSSI
VICE-PRESIDENTE


VER. RODRIGO FRANCISCO
SECRETÁRIO

**CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
ESTADO DE MATO GROSSO**

PROJETO Lei N° 40/02

SESSÃO Ordinária

PROTOCOLO GERAL N° 4282
PROCESSO N° 829

Aprovado o referido autógrafo de conformidade com a
Lei Orgânica de Jaciara-MT.

JACIARA-MT, 14 / Jun /2001.

MESA DIRETORA

[Assinatura]
Ver. Iron Resende Andrade

PRESIDENTE

[Assinatura]
Ver. Max Joel Russi

1º VICE-PRESIDENTE

[Assinatura]
Ver. Ruraldo Nunes Monteiro

2º VICE-PRESIDENTE

Ver. Ivan de Almeida Júnior

1º SECRETÁRIO

[Assinatura]
Ver. Luiz Gonzaga Pivera

2º SECRETÁRIO